

COLONIALIDADE DO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE: EMBATE NO DESENVOLVIMENTO DAS LÍNGUAS BANTU

PORTRUGUESE COLONIALITY IN MOZAMBIQUE: CLASHES IN THE DEVELOPMENT OF BANTU LANGUAGES

Luis AUSSE¹

João Claudio ARENDT²

Resumo: A Constituição da República de Moçambique defende a valorização das línguas moçambicanas de origem bantu; um cenário de planificação linguística, *a priori*, que se mostra favorável ao desenvolvimento e ensino das línguas bantu. Porém, o fosso e distanciamento entre essas línguas locais e a língua portuguesa demonstra-se maior; sendo que, a última é tida como língua de ensino, de unidade nacional e de caráter administrativo, o que lhe confere um estatuto forte diante das restantes. Neste âmbito, o presente artigo, de base bibliográfica e performática, objetiva discutir aspectos de política linguística instituída no país e os resultados mostram que dada a hegemonia do português, a percentagem de falantes deste idioma vai aumentando de ano para ano, aliada à implantação de instituições de controlo linguístico, o que vai eternizar a colonialidade de poder, de saber e de linguagem, consubstanciada no epistemicídio e linguicídio e,

¹ Doutorando em Letras, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Gestão e Administração Educacional, pela Universidade Católica de Moçambique. Bacharel e Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Mocambique. Pesquisador em "Ancestralidade, Narrativas Míticas e Línguas moçambicanas", tendo lançado um pequeno dicionário Yao-Português e Português-Yao, intitulado "Vocabulário de Ciyao". Atualmente, é bolsheiro da FAPES.

² Professor voluntário permanente no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Possui Estágio Pós-doutoral no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim (2011); Doutor em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000); Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996); Licenciado em Letras Português/Alemão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1993). É coordenador do GT História da Literatura da ANPOLL. Foi Professor-visitante no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2019-2020) e coordenador dos Programas de Mestrado em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul e do Doutorado em Letras - Associação Ampla UCS/Uniritter (2013-2017). Seus interesses de pesquisa recaem sobre leitura e recepção, história literária, sistema literário, identidade regional e regionalidade na literatura brasileira. Foi fundador e editor-chefe da Revista Eletrônica ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES (2009-2019). É poeta e tradutor.

consequentemente, a eliminação da cultura do povo, uma vez que a língua é o veículo de todas as manifestações culturais. Portanto, ensinar, promover e manter as línguas nativas dos povos é uma questão de direito humano, pois, as línguas naturais são uma realidade constituída coletivamente e é na comunidade, que se está disponível para o seu uso individual como instrumento de unidade, identificação, comunicação e expressão criadora e deve-se defender o direito de todas as comunidades linguísticas como iguais, independentemente do seu estatuto jurídico (UNESCO, 1996).

Palavras-chave: Colonialidade; Eurocentrismo; Línguas Bantu; Português.

Abstract: The constitution of the republic of Mozambique stands for the value of Mozambican languages of Bantu origin; a linguistic planning scenario, a priori, which is favourable to the development and teaching of Bantu languages. However, the gap between these local languages and the Portuguese language is far greater; the latter regarded as the language of teaching, national unity and of administrative character, which gives it a strong status compared to the others. This article, based on literature and performance, aims to discuss aspects of linguistic policies instituted in the country, the results show that given the hegemony of Portuguese, the percentage of speakers of this language increases from year to year, allied to the settlement of linguistic control institutions, which will perpetuate the colonialists of power, knowledge and language, embodied in the epistemicide and linguicide and consequently, the elimination of the peoples culture, since language is regarded as the vehicle of all cultural manifestations. Therefore, teaching, promoting and maintaining the native languages of the people is a human right related matter, since natural languages are collectively constituted reality and it's in the community that they are available for their individual use as an instrument of unity, identification, communication and creative expression, and the right of all language communities are equal, regardless of their legal status, must be defended (UNESCO, 1996).

Keywords: Coloniality; Eurocentrism; Bantu Languages; Portuguese.

Introdução

A unidade nacional é a palavra de ordem na construção da nação moçambicana, um *slogan* cultivado nos meandros políticos, desde a luta armada de libertação de Moçambique. O português desde então foi definido como língua de unidade nacional. A manutenção desta conquista épica nunca foi pacífica, pois assenta-se na histérica da sociedade de soberania, que é a “colocação de todo o *socius* das línguas autóctones em situação de sacrifício permanente, tendo em conta a invisibilidade transcendental para o soberano (língua portuguesa) e a visibilidade sacrificada da vida nua das línguas bantu”; o que confere ao soberano o direito à vida e morte sobre a vida nua da maioria das línguas bantu (SOARES, 2016, p. 23-24).

O estatuto conferido ao português, por lei, faz com que este se elitizasse a ponto de se sobrepor às outras línguas faladas no país. Isto é acentuado quando há uma procura enorme por muitos cidadãos, dando continuidade ao movimento assimilacionista acontecido no passado colonial. O “candidato à categoria de assimilado devia ter 18 anos, provar que falava corretamente o português e que tinha meios de sustentar a si e à sua família” (GOMÉZ, 1999, p. 52). Esta posição realçava a colonialidade do saber e de linguagem, reduzindo as outras formas do saber linguístico africano.

Contrariamente, o contexto sociolinguístico moçambicano é caracterizado por uma diversidade linguística. O dia-a-dia da maioria da população rural é feito em línguas africanas do grupo bantu, que são idiomas maternos. O português é a única língua oficial, segundo a Constituição da República de 2004, em seu artigo 10. Em contrapartida, o artigo 9 determina que “o Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”. Este artigo não passa de uma falácia uma vez que não se verificam esforços significativos para a proteção e promoção dessas línguas.

Em uma língua, a narrativa performática é um evento que o autor é sujeito e está intimamente a ela vinculado e ao momento da sua narração. Entende Ravetti que “a narrativa performática traça um roteiro, que é preciso ter em conta as condições da sua produção, as tensões sócio-históricas e discursivas, a subjetividade e memória individual do autor e rotura de estereótipos” (RAVETTI, 2002, p. 47). Esse aspectos podem ser

realizados ao mesmo tempo, de forma mesclada; o que se denomina de hibridismo da narrativa performática.

Neste prisma, as nossas experiências docentes permitiram levantar várias indagações, sobre como romper os estereótipos que as línguas moçambicanas estão sujeitas, desde a época colonial; a nossa memória individual e coletiva do lugar de fala e de docentes, partindo da mundividência que experienciamos, ou seja, sujeição na execução de duas línguas: uma falada no meio familiar e a outra no trabalho. Este último cenário é imposto pela constituição.

Os diferentes espaços de fala de diferentes línguas – português e/ou línguas bantu – tornam-se lugares contraditórios – o que os chamamos de submundos linguísticos – e representam fronteiras cambiantes, uma vez que o sujeito troca de língua constantemente. Adiante, isso dificulta não só uma boa aquisição do português para o aprendente, como também propicia problemas de manutenção das línguas maternas, causando, de certa maneira, um fosso de traços linguísticos das línguas bantu a ponto de emergir marcadores identitários, uma vez que as estruturas sintáticas das línguas bantu são totalmente diferentes as do português.

Assim, o presente estudo é um roteiro pensado sob consequência das nossas experiências, olhando nas desigualdades que a “super língua” traz sobre as “línguas menores³”, no caso em apreço das línguas moçambicanas; na contraditória relação sócio-histórica dos alunos que frequentam as escolas moçambicanas; nas populações das regiões rurais, que devem participar em vários processos políticos, económicos e sociais da construção da nação.

As nossas experiências tanto de docência, quanto de falante são carregadas de conflito interno (por quê do bilinguismo forçado?), como acontece para tantos outros aprendentes, sejam eles alunos das escolas moçambicanas ou cidadão comuns, estão contidas num repertório. Para isso, “o repertório aloja-se na performance do corpo (corporeidade), do efémero da palavra/dito, do performado e do não registro, em oposição ao arquivo” (TAYLOR, 2013, p. 49-55), que é uma marca de colonialidade. Este ultimo é

³ Línguas menores é um termo usado por nós para nos referirmos as línguas bantu, diante do estatuto conferido ao português pela constituição moçambicana.

ligado à escrita, que é um processo recente, já que a oralidade é um processo de comunicação muito antigo.

O repertório não é uma prática relativa e restrita ao arquivo, uma vez que reúne danças, movimentos, cantos, gestos, hieróglifos, oralidades e performances. Dai que a perpetuação do português, no entanto, uma língua com a escrita convencional, só eterniza o eurocentrismo, sujeitando ao esquecimento as culturas bantu e as suas línguas porque a hegemonia da escrita tende a perpetuar a colonialidade do poder e do saber. Portanto, os saberes ancestrais africanos (memórias) estão e encontram-se expressos em alguns rituais, no som do tambor/batuque, nas incisões corpóreas, na dança, nos gestos, em alguns sons vocais, entre outros.

Para além dos traumas atuais que causam as intuições de matriz do poder colonial e da institucionalização do português pela nação moçambicana, persistem traumas do passado colonial. “Parte do projeto colonizador consistiu em desacreditar os meios autóctones de preservação e comunicação do conhecimento histórico” (TAYLOR, 2002, p. 17). De facto, o passado colonial foi vivenciado pela manipulação e desacreditamento dos heróis, vitórias, narrativas ancestrais dos povos originários, considerando-os de agrestes e atentatórios à civilização europeia.

A existência de uma única língua oficial num país com mais de vinte línguas bantu, coloca em vantagem a língua portuguesa, deixando para o último plano aquelas. O português é usado nos vários processos administrativos, na justiça, em processos eleitorais, nos serviços públicos, nas *banjas*⁴, o que deixa as línguas moçambicanas de origem africana em desvantagem, perpetuando a colonialidade de linguagem.

Esse fenômeno propicia a observância de um espaço imaginário ou virtual que manifesta a colonialidade do saber em disputa com os saberes linguísticos locais ignorados ou reprimidos pelas estruturas da matriz do poder colonial, que resistem no português. Isso, também é chamado de diferença colonial, que:

[...] é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença

⁴ Palavra bantu que significa reuniões. Geralmente, convocadas por organismos políticos baseados na comunidade.

colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto entre duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Assim, a Constituição da República de Moçambique (CRM) ao instituir o português como língua oficial está forçando a implementação de um projeto global. Portanto, é preciso ter a plena consciência de que a globalização é o ponto mais alto de um processo que dá início com a “constituição [...] do capitalismo colonial/moderno e eurocentrismo como um novo padrão do poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça” (QUIJANO, 2005, p. 117).

A tal “ideia de raça” reside no feiticismo vinculado em classificação biológica e hierarquizante, codificando-se nas dicotomias conquistador/conquistador e superior/inferior. Por isso, todas as línguas faladas pelo conquistado são reduzidas ao estatuto menor. Consequentemente, em Moçambique, para além da fragilidade das políticas linguísticas, foram instituídas algumas estruturas de controlo de poder, que visam vigiar a supremacia linguística e a consecução do padrão do português europeu – marca de eurocentrismo.

Retomando a ideia de Mignolo, a diferença colonial do mundo moderno é o lugar (físico ou imaginário) onde “se articula o ocidentalismo, com o seu dominante discurso abstrato e romântico do mundo colonial/moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 85), e gera a repressão dos vários projetos linguísticos locais. Os governos africanos não se apercebendo da escalada do controlo do poder mundial em todas as instituições, quer seja, sociais, económicas e políticas, continuam implementando ações linguísticas manipuladas pelo capitalismo, chamando-as de parcerias.

O espaço físico ou imaginário por onde se manifesta a colonialidade do poder, como o dissemos, não é tranquilo; está em constante tensão de forças entre o padrão como ente que controla todos os marcadores identitários produzidos pelos falares locais (variações) e os falares locais, que são as línguas bantu ou um possível português condimentado por um léxico bantu (o que se chamaria de português moçambicano). A dúvida na designação advém da ausência de um instrumento linguístico que legitimasse a

tal designação. Para nós, essa legitimação é sempre enfraquecida ou intercetada pelas estruturas de poder.

Alguns estudos do passado (BORSTEL, 1992; DAMKE, 1992, 1997; WEINREICH, 1953) denominaram a tensão linguística que acontece no espaço físico ou imaginário por contato linguístico ou línguas em contato. Na atualidade, esse espaço é conhecido de zona de contato. A zona de contato “são espaços sociais nos quais as culturas se encontram, se chocam e se enfrentam normalmente em contextos de relações de poder altamente assimétricas, como o colonialismo, o esclavagismo ou suas consequências vivenciadas em muitas partes do mundo” (PRATT, 1991, p. 37, tradução nossa). Portanto, este estudo vem reforçar a discussão desses confrontos ou choques culturais, no caso em apreço do português e das línguas bantu, partindo do pressuposto de que a língua é um instituto cultural.

Os choques e confrontos que acontecem nesse espaço físico ou imaginário, também designados embates, como vem a palavra embutida no título desse estudo, geram enfraquecimento no desenvolvimento ou planeamento e manutenção das línguas bantu. Ou seja, há um medo (linguofobia) que as estruturas de poder têm em deixar que haja um contato entre elas e o português, colocando no meio o parâmetro padrão, como um aspecto hierarquizante. Sobre o medo do contato, podemos ponderar que “[...] por toda parte, o homem evita o contato com o que lhe é estranho. À noite ou no escuro, o pavor ante o contato inesperado pode intensificar-se até o pânico [...]” (CANETTI, 2019, p. 11). Portanto, toda a imanente criação do padrão do português europeu dita a marcação de um distanciamento entre este e as línguas africanas de origem bantu, criando uma fronteira linguística.

Dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) mostram que de 1980 a 2017 houve uma diminuição drástica dos falantes das línguas bantu, como línguas maternas. Dos 98,8% de moçambicanos que falavam uma língua bantu como língua materna, o último recenseamento de 2017, registrou 81,2%. Este fenômeno é indicativo que nos próximos 30 anos, a língua portuguesa possa tornar-se a mais forte, de tal forma que asfixiará a sobrevivência das línguas africanas de origem bantu faladas neste país.

Diante desta situação, precisamos refletir sobre as políticas linguísticas aplicadas em Moçambique e observar quais os possíveis caminhos para a valorização das línguas moçambicanas de origem bantu ameaçadas por esse embate. É preciso tomar em conta que “as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras geopolíticas” (OLIVEIRA, 2016, p. 68). Não é por acaso que a maioria das línguas faladas em Moçambique, também são faladas nos países que fazem fronteira com Moçambique. As fonteiras linguísticas, não só desempenham um papel importante para impedir a incorporação de palavras novas, mas também adia e dificulta a desintegração da língua. É essa a visão daqueles que defendem o purismo. Mas, o óbvio é que a língua evolui no tempo e no espaço, sob maior influência da sociedade.

Para tanto, existem controvérsias quanto às línguas faladas em Moçambique, pois, não se conhece ao certo o número de línguas nacionais. Sito e Ngunga (2000) relatam a existência de 20 línguas moçambicanas de natureza bantu e estudos a posteriores (*Ethnologue*) a esse revelam um atlas de 43 línguas bantu e os de Bavo e Ngunga (2011) registraram 22 línguas moçambicanas de origem bantu, incluindo a língua de sinais. Isto acontece, por um lado pelo diminuto número de estudos feitos nesta área, perpetuado pela colonialidade, por outro, pela existência de um censo relativamente enganoso, uma vez que este indicador vem muitas vezes omitido.

A desigualdade linguística em Moçambique resulta pelo controlo das estruturas de poder e não precisamente da incompetência das línguas locais. Até porque já se desenvolveram alguns trabalhos de descrição dessas línguas, começando pelos estudos de Petter (2015), Ngunga (2002, 2004) à padronização ortográfica (NGUNGA; FAQUI, 2011; SITO; NGUNGA, 2000). Esses instrumentos dão-nos a compreender a possibilidade de trabalhar para que as línguas autóctones não se extingam ao longo do tempo, como viemos prevendo num espaço de 30 anos.

Para que tal não aconteça, é necessário que, por exemplo, o ensino seja em línguas bantu ou pelo menos bilíngue para que se possa atender aos alunos provenientes de zonas rurais, que possuem diferentes níveis de experiências culturais, consubstanciada em epistemologia própria; que os linguistas moçambicanos invistam em várias pesquisas sobre

a descrição das línguas e outros trabalhos afins; descolonizar o ensino, como forma de enfrentamento dos embates linguísticos e criar um atlas linguístico.

Instituições linguísticas e o conflito de colonialidade

Portugal, face à ameaça crescente das fronteiras linguísticas, vem colocando instituições de controlo da matriz linguística que se configura em colonialidade de poder e de saber, nomeadamente, Instituto Camões, Instituto Luso-moçambicano, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, Visa Beira, Instituto de Línguas e Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, que visam a vigia e a salvaguarda do seu interesse.

O Instituto Camões, por exemplo, está implantado em quase todas as províncias moçambicanas por onde estão sediadas as Universidades Púngue, Rovuma, Save e Pedagógica de Maputo, atuando de sentinela nessas instituições de ensino superior. Ainda para manter a hegemonia, atribui bolsas de estudo a funcionários e melhores alunos dessas universidades para estudarem em algumas universidades portuguesas. Este fenômeno visa não só controlar o padrão, mas possibilita que ocorra, gerando alguns intelectuais moçambicanos com traços da cultura portuguesa.

Para além desse cenário, assiste-se um regresso silencioso e frenético das antigas potências colonizadoras à África, que é manifestado pelo chancelamento na criação de blocos regionais de antigas colónias, nomeadamente, CEDEAO, na região de África Ocidental que é meramente associados a quase todos os países africanos de expressão francesa; *Commonwealth* constituído por países africanos de expressão inglesa; os PALOP que envolvem países africanos de expressão portuguesa.

Na verdade, esses blocos, essencialmente, são de matriz de poder colonial, uma vez que, o que se observa, não é o trato mercantilista como os africanos foram enganados no momento do apadrinhamento pelos antigos “donos”. É mais um tratado linguístico que visa manter as estruturas de controlo e de poder; o que faz manutenção ao carácter reiterado. As crianças nascidas nesses países deparam-se com estruturas elitistas das línguas europeias concebidas e há um correr para a sua aquisição. Essas organizações regionais são um

espaço onde se opera a diferença colonial e é uma área de contato onde se conflituam várias forças sociais.

Manter o português no modelo atual é, sem dúvidas, perpetuar os símbolos da matriz do poder colonial e auxiliar o epistemicídio, que é “um instrumento que se constitui pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Por isso, é preciso romper essa opressão, tal como prevê o materialismo-dialético que não só alerta para a questão racial, mas também pauta para uma rotura e serve como um instrumento de vanguarda e/ou enfrentamento. Para a atualidade, alguns teóricos relatam que os verdadeiros ideais da democracia não se apresentam de forma distanciada daqueles historicamente excluídos.

As lutas de libertação da África (Pan-africanismo), bem como de outras frentes socialistas, revolucionaram para a libertação de muitas nações do mundo inteiro do jugo fascista, perpassando várias épocas e gerações. Essa corrente impulsionou bastante para aqueles que desejavam uma nova ordem e postura social. Dai que é necessário repensar nessa ordem mundial; tal como aconteceu ontem, hoje, há que tomar de vanguarda e libertamo-nos do regresso imperialista e das amarras do eurocentrismo linguístico.

É preciso que se tenha a coragem de desenvolver novas visões sobre as línguas nacionais. O anarquismo político, a reação cultural baseada no artefacto da língua, o purismo linguístico radical e as instituições linguísticas excêntricas instaladas no país e no continente têm o chamado apelo publicitário. A doutrina só precisa ser geral, segura de si, universal e imperativa em todas as línguas; sem distinção. O que é intolerável é a tentativa de não escapar à repressão linguística e a imposição de padrões.

A anarquia política, o artefacto da língua e a constituição do português como uma língua de estatuto forte, não só visa a morte das culturas indígenas, como também a

[...] anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimização do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima, pelos processos de descriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los

também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Por considerar excêntrica a doutrina que apregoa o purismo linguístico e o uso à norma culta, o escritor José Saramago já disse que não existe língua portuguesa, mas línguas em português. Esta afirmação reflete uma nova visão sobre a não hegemonização do português, pois, se desfaz da sua essência à medida que vai galgando fronteiras e regiões, gerando novos ecossistemas linguísticos.

Há necessidade de alterar o estatuto do português, por um lado, dando primazia às línguas nacionais de origem bantu, tal como são administradas nos países vizinhos de Moçambique, que desde cedo viraram a pirâmide linguística, conferindo-lhes um estatuto bidimensional, por outro, deve-se reduzir a criação das instituições *umbrela*.

A Tanzânia, desde cedo, percebeu que era necessário seguir um modelo de educação dos países do terceiro mundo, inspirado pela ideologia de Paulo Freire. Os guerrilheiros que conduziram a luta armada de libertação de Moçambique foram forjados naquele território e alguns deles estiveram inseridos em escolas tanzanianas – nomeadamente *Masonry, Tunduro e Bagamoyo* – pecaram por não terem trazido este modelo, talvez por causa da situação ideológica da própria Frente de Libertação de Moçambique diante da utopia de unidade nacional, que na altura visava resolver a questão das diferenças linguísticas usadas pelo sistema colonial como máquina de aproveitamento para fraquejar os moçambicanos.

Faz tempo que as mentes africanas já haviam se apercebido da sua negação e coisificação pelos europeus e outras formas de repressão. Em 1976, 44 crianças negras manifestaram-se contra a qualidade de ensino na África do Sul. Elas queriam que aprendessem na sua língua nativa, como reflexo das imposições linguísticas. Todas elas foram massacradas pelo regime minoritário do *Apartheid*. A resistência ao epistemicídio gerou muitas vezes um descaso na negociação, o que alguns africanos lhes obrigaram enveredar para um engajamento em todas as regiões, a exemplo:

A população ganense sempre alimentou forte consciência da ancestralidade de sua história e muito orgulho da nobreza de suas tradições religiosas e culturais. Em consequência, foi constante sua oposição a todo tipo de colonização. James Aggrey; considerado um dos percursores do nacionalismo africano e do moderno pan-africanismo, fortaleceu significativamente este sentimento. Ele teve grande relevância

política como educador de seu povo. Para libertar o país – pensava ele à semelhança de Paulo Freire – precisamos, antes de tudo, libertar a consciência do povo. Ela vem sendo escravizada por ideias e valores antipopulares, introjetados pelos colonizadores (BOFF, 1997, p. 5).

Esses relatos não se diferenciam com a ideia de raça levantada por vários autores, como é o caso de Quijano (2005), o que hoje se imbrica em várias gerações a ponto de considerarem as suas línguas nacionais de origem bantu como dialetos, quando o óbvio estas se distanciam do português em todas as suas estruturas sintáticas, lexicais e pragmáticas. Não são poucas as vezes que ouvimos até alguns académicos moçambicanos a designar de dialetos os idiomas bantu. Deve-se consciencializar as massas para uma independência linguística, tal como aconteceu no passado, quando lutaram para as independências das nações africanas.

A tática de ridicularização das línguas foi intensa na noite colonial. Com efeito, os colonizadores, para ocultar a violência de sua conquista, impiedosamente desmoralizavam os colonizados. Afirmavam, por exemplo, que

os habitantes da Costa do Ouro [Gana] e de toda a África eram seres inferiores, incultos e bárbaros. Por isso mesmo deviam ser colonizados. De outra forma, jamais seriam civilizados e inseridos na dimensão do espírito universal. Os ingleses reproduziam tais difamações em livros. Difundiam-nas nas escolas. E propalavam-nas em todos os atos oficiais (BOFF, 1997, p. 5).

O grande problema é que na mente dos colonizados ficou cravado que eles nada valiam. As suas tradições, suas línguas, suas divindades, os seus heróis eram selvagens e bárbaros. Esta forma de tratamento tem marcas até nos dias de hoje. A questão que se coloca é: será que não há uma contribuição que a África, hoje em dia, possa trazer para os epistemes universais? Em resposta à essa questão, podemos ponderar que o problema do Ocidente está para além da falta de inspirações na criatividade artística e” na África existem *experts* no turismo que se poderia aproveitar para nos retirar da crise ecológica” (LATOUCHE, 2013, p. 176), pois há especialista em relações sociais e resolução de conflitos, o que nos remete à uma descentralização cognitiva.

Vale à pena relembrar que fazer essas ponderações, não queremos desmerecer o papel social que estas instituições exercem. Pelo contrário, a ideia é de apontar o quanto perpetuam a matriz do poder colonial e a aplicação de epistemicídio, que consiste na

manipulação do sujeito a ser formado em instituições ocidentais, concedendo-lhe bolsas nas quais os temas a ser abordados devem ser genuinamente de linhas eurocêntrica. Casos há, que são recusados temas decoloniais pelos orientadores dos alunos.

A incorporação das línguas estrangeiras no novo currículo de 2004, nomeadamente, língua inglesa, francesa, foi um dos erros porque, por um lado trazia mais uma carga no interesse dos alunos, ainda que forçado com a ideia de globalização ou integração na região, por outro, não teve mudanças significativas em termos de execução dessas línguas. Muitos dos alunos graduados do ensino básico pouco sabem se expressar nessas línguas. O interesse por essas línguas se mostrou baixo, o que obrigou ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano a descontinuidade desse pacote curricular.

O pretexto de adesão de Moçambique à *Commonwealth*, como o dissemos acima, foi por pressões económicas e nunca se pensou da questão nomenclatura, que fosse mais do ponto de vista linguístico do que económico. Esta pressão é mais mercantilista por causa dos países que circundam Moçambique, as suas economias são relativamente estáveis.

Há permanência de instituições culturais, como é o caso do Centro Cultura Franco Moçambicano, que praticamente se dedicam à imortalização da cultura francesa. O Instituto de Línguas é uma outra instituição que se dedica ao estudo e aprendizagem de línguas estrangeiras, nomeadamente, francês, espanhol e inglês, cuja expansão teve ímpeto na década de 2000. É também marca de colonialidade.

É preciso que nos libertemos das amarras dessas instituições. Uma libertação

significa a ação que liberta a liberdade cativa. É só pela libertação que os oprimidos resgatam a auto-estima. Refazem a identidade negada. Reconquistam a pátria [moçambicana] dominada. E podem construir uma história autônoma, associada à história de outros povos livres (BOFF, 1997, p. 7).

No plano internacional, a Microsoft, em nossa opinião, é organismo que atua como um outro instrumento de colonialidade, uma vez que a única forma encontrada por esse instituto é a construção de um teclado ou sistema operativo que consiste em dois tipos do português varicional: português do Brasil e de Portugal. Isto não só limita para que as línguas bantu possam ser desenvolvidas a partir desse instituto, pela ausência de algumas

teclas com grafemas bantu, como também perpetua a repressão dessas línguas, evidenciando a colonialidade do poder e do saber.

Posturas linguísticas libertadoras e decoloniais

As posturas linguísticas são um conjunto de ações que vão desde à eliminação do paradoxo constitucional ao reconhecimento de vários movimentos que concorrem para a produção de estudos que denunciam a colonialidade do poder e do saber; reforço na implantação de instituições que valorizam as línguas bantu (planificação e manutenção linguística), como rádios e televisões comunitárias; ensino e letramento das línguas bantu no ensino geral e alfabetização de adultos, concebendo currículos que se adequem às línguas moçambicanas de origem bantu; recolha de consensos definitivos para a ortografia bantu, de acordo com as gramáticas disponíveis; reforço da formação de professores em linguística bantu; expansão das diversas ações lideradas pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) para outras universidades públicas; tradução de obras religiosas para as línguas bantu e alargamento das atividades que se realizam no dia internacional da língua materna.

Na obra *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas* desenvolvida em 2011, Ngunga e Faquir dirigem uma dedicatória “a todos os moçambicanos que não perdem a esperança de um dia acederem à ciência nas suas línguas maternas”, uma questão renegada pelo passado colonial (através do Estatuto do Indigenato), que começa a despontar por meio de várias consciências, a exemplo deste estudo e outros.

A introdução de algumas posturas linguísticas tem sido a tendência atual de regaste de algumas línguas moçambicanas de origem bantu. A constituição de núcleos de estudos na Universidade Eduardo Mondlane é um dos pensamentos da quebra da hegemonia do português. Uma situação que deveria ser encorajada, porque para além de vincular o direito linguístico das comunidades, é uma das formas de propiciar uma aprendizagem fácil e rápida a partir da língua dos cidadãos.

A comunicação social tem um leque de emissões de programas em línguas nacionais; porém, a vastidão do país faz com que algumas dessas emissões não abranja

para todos os cerca de 30 milhões de moçambicanos, vedando a liberdade de ter as informações nas suas línguas nativas.

Todas essas posturas fazem com que a população obtenha o seu direito linguístico consagrado pela UNESCO. As estratégias linguísticas do ponto de vista do *corpus* político e universitário, o uso vernacular na educação e o modelo de interdependência são uma possibilidade de valorização das línguas bantu, pois se inserem na planificação e manutenção linguísticas.

Todas essas ações visam uma planificação linguística para que todas as línguas, ideologicamente, tenham o mesmo tratamento. Há várias experiências e formas de gerenciar línguas. Por exemplo:

(..) quatro ou mais grandes grupos indígenas estão envolvidos, a igualdade plena torna-se uma impossibilidade. O assunto do governo central não pode ser tratado em mais de dois idiomas; qualquer tentativa de usar seis idiomas simultaneamente acabaria em um emaranhado sem esperança. Portanto, a única solução é destacar um ou no máximo dois idiomas e desconsiderar os outros. Foi o que se fez na Áustria Imperial e o que se fez mais recentemente na União Soviética e na Índia. Neste último país, a igualdade de 13 idiomas adicionais (entre eles o sânscrito) foi solenemente proclamada na constituição (KLOSS, 1969, p. 36, tradução nossa).

Tal como se vê nesse exemplo, como forma de fazer valer o postulado da constituição da república, poder-se-ia indicar línguas nacionais e línguas oficiais, como também acontece em alguns países da África. Estas posturas refletem um pluralismo sociolinguístico, que é umas das formas de promoção da igualdade linguística.

CONCLUSÃO

A ideia de trazer a nossa discussão sobre o embate que as línguas moçambicanas estão sujeitas face ao português pretende estabelecer um ecossistema e mutualismo linguísticos que permitam a atuação em pé de igualdade na construção de epistemologias, tanto eurocentrista, quanto a cosmovisão africana, uma vez que é construída nas suas línguas.

Promover as línguas é uma missão de emancipação e de direitos humanos. Por isso, há que se reverberar, de forma gradual, a planificação linguística para dar valor às línguas bantu, tal como acontece nos países vizinhos, nomeadamente, Tanzânia e Malawi que a

fala nacional é tida em *Kiswahili* e *Chichewa*, respetivamente, em quase muitos círculos sociais e de atividades. É urgente que se normalize um português moçambicano que não possa, assim, ser chamado, mas por uma outra designação; considerando, não só as variações como marcadores identitários, como também pensando de forma decolonial, que é uma luta contra o linguicídio e a colonialidade de linguagem.

Assim, tomar posturas decoloniais é uma possibilidade de negação da reprodução da diferença colonial; o que se deve consubstanciar na criação de instrumentos linguísticos locais para que agreguem os saberes locais, como dicionários, atlas de línguas bantu, gramáticas, entre outros. As línguas moçambicanas, sociologicamente, existem porque ao seu redor está um povo que as executam, arquivando uma materialidade coletiva do repertório cultural. Em contrapartida, o linguicídio deve ser visto como um crime intolerável para a (con)vivência das comunidades.

A implantação das instituições de colonialidade de poder visa promover o caráter reiterado de colonialidade, reprodução da diferença colonial e a promoção da cultura de negação do outro, que por consequência geram o epistemicídio. Aliás,

A importância desse fato é incomensurável quando observámos que o academicismo convencional nega à África sua historicidade e a classifica como pré-história com base na alegação de que seus povos nunca desenvolveram a escrita. Entretanto, os africanos estão entre os primeiros povos a criar a escrita. Além dos hieróglifos egípcios, existem vários sistemas de escrita desenvolvidos por outros povos africanos antes da invasão muçulmana, que introduziria a escrita árabe (NASCIMENTO, 2008, p. 34).

Para o efeito, é necessário descolonizar essas práticas que se propõem à destruição do repertório. Ora vejamos: no passado o colonizador destruiu todo o arquivo e a memória coletiva, considerando-os bárbaros. A riqueza cultural atacada, como forma de subjugar o outro, fazem parte os pictogramas, que são uma “expressão rica e variada, que registra saudações, anedotas, fábulas ou advertências. As casas com paredes pintadas na região ocidental dos Camarões ou as sequências de desenhos utilizados pelos *sin'angas* (médicos) de Malawi” (NASCIMENTO, 2008, p. 36); as tatuagens *macondes* e *makhwua* e os desenhos na olaria *yawo*, em Moçambique, são exemplos dessa escrita que se encontra em toda a África.



REFERÊNCIAS

BAVO, N; NGUNGA, A. *Práticas linguísticas em Moçambique*: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos. Maputo: UEM, 2011.

BOFF, L. *A águia e a galinha*: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BORSTEL, C. N. V. *Aspetos do bilinguismo: Alemão/português em Marechal Cândido Rondon – Paraná-SC*. 1992, 195 f. Dissertação (Mestrado em Letras-Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letra-Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis-SC, 1992.

CANETTI, E. *Massa e poder*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia de Bolso Editora, 2019.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*-SP. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP, 2005.

Constituição da República de Moçambique. In: *Imprensa Nacional*, 2004. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>. Acesso em 21 jan. 2023.

DAMKE, C. *Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der deutschen Sprachinsel in Sudbrasilien*. Frankfurt am Main; Berlin; Bern; Nay York; Paris; Wien: Lang, 1987.

GOMÉZ, M. B. *Educação moçambicana – História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

KLOSS, Heinz. *Research possibilities on group bilingualism*: A report. International Centre for Research on Bilingualism. ERIC: Quebec, 1969.

LATOUCHE, S. A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente? Revista Espaço Plural, Paraná, vol. XIV, nº 28, p. 175-195, enero-junio, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944241009>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MIGNOLO, W. *Histórias locais, projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. São Paulo: Editora UFMG, 2003.

NASCIMENTO, E. N. Sankofa: Significados e intenções. In: NASCIMENTO, E. N. (Org). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008, 29-54.

NGUNGA, A; FAQUIR, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas*: Relatório do III Seminário. Maputo: CEA/UEM, 2011.

NGUNGA, A. A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NGUNGA, A. A. *Elementos de gramática da língua yao*. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

OLIVEIRA, G. M. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. *Revista GeoPantanal*. Corumbá, vol.11, nº21, p. 59-72, jul/dez, 2016.

PRATT, M. L. *Art of the Contact Zone*. Modern Language Association (pp-33-40). 1991.

QUIJANO, A. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In: *CLACSO*. Buenos Aires, 2005. Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 22 de jan. 2023.

RAVETTI, G. Narrativas performáticas. In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Org). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFGM, 2002, p. 47-68.

SOARES, L. E. *Literatura, Lacan e o Comunismo*. Vitória: JEP, 2016.

TAYLOR, D. *O arquivo e repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Tradução de Eliana Lourenço de Lima. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2013.

TAYLOR, D. Encenando a memória social: Yuyachkani. In: RAVETTI, G; ARBEX, M. (Org). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFGM, 2002, p. 11-45.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona, 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 16 jul. 2022.

WEINREICH, U. *Language in Contact*. New York: Linguistic Circle & The Hague, Mouton, 1953.